

Nuno Teixeira reúne-se com crianças em encontro promovido pela Eurochild

O Deputado madeirense congratula os jovens e as crianças pelos projectos no âmbito da luta contra a pobreza. A organização Eurochild, plataforma que congrega diversas instituições europeias, considera esta iniciativa como o balanço final do ano de 2010.

Pg. 06



EDITORIAL CARLOS COELHO

SOLIDÁRIOS ?

A Europa só é forte enquanto projecto comum.

Se prevalecer a lógica do *"salve-se quem puder"* não haverá futuro para a Europa comunitária.

Há que reforçar pois o valor da solidariedade.

Solidariedade é **não deixar cair a coesão económica, social e territorial** e rebater as tentativas dos que entendem que essa política deve ser *"nacionalizada"*.

Solidariedade é não ceder à tentação do discurso populista quando se discutem mecanismos de **ajuda para Países em dificuldades**.

Solidariedade é **gerir com competência o tesouro público** não deixando resvalar o défice e a dívida criando um ónus para as futuras gerações e riscos para o Euro.

Solidariedade é preservar o princípio da **livre circulação de Schengen** não violando as suas regras exportando problemas para os vizinhos como fizeram recentemente a Itália e a França.

O Presidente da República de Portugal recordou recentemente que **não se consegue mais Europa cedendo aos egoísmos nacionais**.

Tem toda a razão !

Por isso precisamos de **uma Europa assente no valor da solidariedade**.

Realizada Quarta Universidade Europa

Estoril, 10, 11 e 12 Dezembro 2010.

Pg. 02

Defender o Sector Leiteiro Português

Patrão Neves foi firme com o Comissário da Agricultura, Dacian Ciolos.

Pg. 09



Política de Coesão: José Manuel Fernandes

propõe informação mais regionalizada e acessível a todos.

Pg. 10



Realizada Quarta Universidade Europa

Estoril, 10, 11 e 12 Dezembro 2010



SEXTA-FEIRA

19.00h – Recepção aos participantes

20.00h – Jantar

TEMA 1: Sair da Crise: Promover o crescimento e o emprego (*Saídas europeias para a crise e medidas de promoção do crescimento e de fomento do emprego*)



REGINA BASTOS

SÁBADO

10.00h – **TEMA 2: Como funciona a UE ?** (*Instituições, competências, processo legislativo e Tratado de Lisboa*)



CARLOS COELHO e NUNO TEIXEIRA

12.30h – Almoço-debate

TEMA 3: O PE no centro do debate europeu (*actualidade europeia e papel central do PE*)



PAULO RANGEL

15.00h – **TEMA 4: Quem paga a UE ?** (*Estrutura do Orçamento, processo de aprovação, Receitas e Despesas, Perspectivas Financeiras e debate sobre recursos próprios*)



JOSÉ MANUEL FERNANDES

17.00h – pausa para café

17.30h – **Debate sobre os Inquéritos dos participantes / Mensagens Vídeo:** (*Debate comentado por um Deputado na base das respostas dadas pelos participantes a um Inquérito preenchido no 1º dia sobre temas europeus*)



MÁRIO DAVID

20.30h – Jantar-debate

TEMA 5: A Europa fala aos jovens (*Programas para os jovens e no âmbito da educação e da ciência*)



MARIA DA GRAÇA CARVALHO

DOMINGO

09.30h – **TEMA 6: Porque é que a PAC é tão importante ?** (*Grandes princípios da PAC e a sua relevância na História da UE e na actualidade orçamental e de relação com Países terceiros*)



MARIA DO CÉU PATRÃO NEVES

11.30h – **AVALIAÇÃO DA 4ª UNIVERSIDADE EUROPA**

12.30h – **ENCERRAMENTO**



PEDRO PASSOS COELHO

Simplificação dos programas de Ciência e Inovação:

Comissão Europeia adopta três medidas concretas com efeito imediato



Simplificação dos programas de Ciência e Inovação: Maria da Graça Carvalho congratula-se pelas medidas adoptadas pela Comissão Europeia e declara que é preciso agir rapidamente para impulsionar a economia europeia.

A Comissão Europeia adoptou três medidas destinadas a reduzir a burocracia para os investigadores e as PME. O objectivo destas medidas é tornar a participação no actual Sétimo Programa-Quadro de Investigação da UE mais atractiva e mais acessível para os melhores investigadores e as empresas mais inovadoras, especialmente as pequenas e médias empresas (PME).

No seguimento do relatório para a Simplificação dos Programas de Ciência e Investigação, da autoria de **Maria da Graça Carvalho** aprovado no Parlamento Europeu em 11 de Novembro de 2010 com o apoio de todos os grupos políticos, a Comissão Europeia

anunciou que adoptou três medidas sugeridas no relatório.

As três medidas concretas vão ter um efeito imediato sobre a gestão das subvenções da UE destinadas à investigação no âmbito do actual programa de investigação da UE (Sétimo Programa Quadro).

1. Permitir uma **maior flexibilidade na forma como os custos de pessoal são calculados** a fim de que os beneficiários de subvenções da UE no domínio da investigação possam aplicar os seus métodos contabilísticos habituais ao solicitar o reembolso de custos médios de pessoal. Deixará de ser necessário criar sistemas de contabilidade completos paralelos apenas para este fim;

2. Os **proprietários de PME** cujos salários não estejam formalmente registados nas suas contas **podem agora ser reembolsados**, através de pagamentos a uma taxa

fixa, pela sua contribuição em projectos de investigação.

3. Um novo grupo de direcção composto por altos funcionários de todos os serviços da Comissão e agências envolvidas **eliminarão as inconsistências na aplicação das regras relativas ao financiamento da investigação.**

Para Maria da Graça Carvalho, autora do Relatório para a Simplificação dos Programas de Ciência e Inovação, aprovado com o apoio de todos os grupos políticos no Parlamento Europeu na Sessão Plenária de 11 de Novembro de 2010, a implementação destas três medidas é uma *“excelente notícia e significa que estamos no bom caminho, no entanto esta crise económica grave exige agirmos o mais rapidamente possível para que a economia se desenvolva e se comece a criar emprego.”* 

Proposta de resolução de Maria da Graça Carvalho



ter de infecção emergente; que nas grandes áreas urbanas de Lisboa, Porto e Setúbal, concentra-se a maior parte dos casos registados no país, precisamos de mais investigação para desenvolver novos medicamentos e novas vacinas para a combater esta doença” declara Maria da Graça Carvalho. Segundo dados da OMS, a tuberculose mata aproximadamente dois milhões de pessoas por ano, 98% das quais em países em desenvolvimento.

Durante o debate que decorreu na sessão plenária antes da votação, a Co-Presidente da Comissão do Desenvolvimento Económico, das Finanças e do Comércio da Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE, manifestou que o presente texto “saúda as iniciativas da UE para combater a tuberculose nos países pobres, mas apelamos ao desenvolvimento de mais investigação para desenvolver novos medicamentos e novas vacinas contra esta doença.”

Portugal é um dos países com maior incidência de casos notificados e com maior expressão dos aspectos que lhe conferem o carácter de infecção emergente, “É preciso renovar o empenho da UE e apelar a uma maior acção concertada e de integração da investigação europeia no combate às doenças relacionadas com a pobreza”.

A iniciativa de vários deputados europeus liderada pela portuguesa **Maria da Graça Carvalho** para **promover o combate à tuberculose** foi aprovada na Sessão Plenária do Parlamento Europeu em Bruxelas.

“Tendo em vista que Portugal é um dos países com maior incidência de casos notificados e com maior expressão dos aspectos que lhe conferem o carac-

A terminar, a Deputada europeia referiu que “tem havido progressos e estamos no bom caminho, mas há que renovar o empenho da UE e apelar a uma maior acção concertada e de integração da investigação europeia no combate às doenças relacionadas com a pobreza”. E acrescentou que “só desta forma conseguiremos reduzir a dramática situação da saúde que se vive em vários países em desenvolvimento”. 

Paulo Rangel sobre o Mecanismo de Estabilização Financeira da Zona Euro

“Apoio do fundo tem de ter condições mais favoráveis do que as dadas à Grécia e à Irlanda.”

O Deputado ao Parlamento Europeu, Vice Presidente do Grupo PPE e Chefe da Delegação Portuguesa do PSD, **Paulo Rangel**, afirmou esta quarta-feira que caso os Estados recorram ao Fundo Europeu de Estabilização Europeia, as taxas de juro a aplicar pelo mecanismo de estabilidade permanente devem ser oferecidas em condições favoráveis “para que não se repitam as situações verificadas agora na Grécia e na Irlanda em que a ajuda do FMI

não está a resolver os problemas.”

Durante o debate sobre o mecanismo de estabilidade financeira para os Estados da zona Euro, que decorreu esta manhã em Estrasburgo, Paulo Rangel alertou: “O Fundo não deve ganhar dinheiro suplementar à custa dos Estados ajudados.”

O Deputado entende que deve existir um rigoroso financiamento “back-to-back”, sem qualquer margem para além dos custos do empréstimo.

Paulo Rangel chamou a atenção para o fac-

to de todos os países da zona Euro, independentemente da dimensão, deverem ter acesso ao Fundo Europeu de Estabilização Financeira. “O recurso não pode ser negado”, sublinhou.

Acrescentou ainda que é fundamental o envolvimento das instituições comunitárias e a aplicação do método comunitário e que se respeite em particular o papel da Comissão Europeia, acrescentando, no entanto, que “o Fundo é apenas um dos vectores de combate à crise, a par da Governação Económica e dos euro-bonds. O Fundo não resolve tudo!”, afirmou.. 



Paulo Rangel levou proposta

de "debate sobre o estado da União Europeia" à Assembleia da República

Paulo Rangel deslocou-se no passado dia 23 de fevereiro à comissão de assuntos europeus para apresentar as conclusões do grupo de trabalho sobre a cooperação entre o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais na Assembleia da República

O Deputado ao Parlamento Europeu, Chefe da Delegação Portuguesa do PSD e Vice-Presidente do Grupo PPE, **Paulo Rangel**, deslocou-se no passado dia 23 de Fevereiro à Comissão de Assuntos Europeus da Assembleia da República para apresentar as conclusões do Grupo de Trabalho sobre as relações entre o Parlamento Europeu e os Parlamentos Nacionais no quadro do Tratado de Lisboa.

O Deputado Paulo Rangel participou nos trabalhos do grupo-piloto criado pelo Presidente do Parlamento Europeu para avaliar a eficácia da cooperação entre os Parlamentos.



Paulo Rangel é Vice Presidente do Grupo PPE com o pelouro da relação com os Parlamentos Nacionais tendo, neste âmbito, feito uma proposta de criação de um debate anual sobre o "Estado da União" que ocorreria em simultâneo nos 27 países da UE.

A proposta foi incluída nas recomendações finais do Grupo de Trabalho: *"Embora muitos aspectos das relações entre os parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu estejam abrangidos no projecto de recomendações do Grupo de Coordenação, algumas propostas exigem uma maior reflexão, tanto a nível do Parlamento Europeu como com os parlamentos nacionais. Uma dessas propostas está relacionada com o objectivo de criar uma "cultura de interparlamentarismo" através de um debate anual sobre o estado da União Europeia que teria simultaneamente lugar em todos os parlamentos nacionais, envolvendo - em pé de igualdade - os Deputados do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais."* lê-se no documento. 



COP16: Maria da Graça Carvalho diz que acordo alcançado é um passo em frente

na luta contra as alterações climáticas

Maria da Graça Carvalho, que fez parte da delegação do Parlamento Europeu em Cancún, regozijou-se em Estrasburgo com os resultados obtidos na Conferência do Clima.

As negociações, que contaram com 194 países e 15.000 participantes, terminaram com a adopção dos "Acordos de Cancún" com destaque para a protecção das florestas e o apoio financeiro e tecnológico dos países em desenvolvimento. As decisões adoptadas constituem *"um passo fundamental para reforçar o regime internacional de luta face ao aquecimento global"* porque *"não só restauraram a confiança nas negociações internacionais e o reforço das Nações Unidas como fórum para a definição de acordos multilaterais*

a este nível, como permitiram ancorar os principais elementos do Acordo de Copenhaga".

Para Maria da Graça Carvalho *"o forte apoio na aprovação dos documentos finais representa também um reconhecimento do empenho do México na garantia de uma Conferência participativa e transparente, o que afastou o descrédito que pautou a Conferência de Copenhaga"*.

Em relação ao papel do Parlamento Europeu, Maria da Graça Carvalho afirma que *"a UE mostrou consistência e conseguiu reassumir o papel de liderança dotando as negociações Internacionais de equidade através do apoio aos países em desenvolvimento"*.



A deputada Europeia ressalta também a posição da China e dos Estados Unidos, *"que mostraram uma maior disponibilidade para negociar no futuro, nomeadamente a nível da verificação dos esforços de redução de emissões"*. 

Nuno Teixeira reúne-se com crianças em encontro promovido pela Eurochild

O Deputado madeirense congratula os jovens e as crianças pelos projectos no âmbito da luta contra a pobreza

O Eurodeputado **Nuno Teixeira** participou no dia 11 de Janeiro num **evento promovido pela organização Eurochild**, no Parlamento Europeu, enquadrado na iniciativa **“Fim da pobreza infantil Já”**. A iniciativa levada a cabo por crianças e jovens de vários países europeus, apadrinhada pelo Presidente do Parlamento Europeu, Jerzy Buzek, contou com a participação do Eurodeputado, Hannu TAKKULA, e do Comissário para o Emprego, Inclusão e Assuntos Sociais, Lázsló Andor.

A organização Eurochild, plataforma que congrega diversas instituições europeias, considera esta iniciativa como o balanço final do ano de 2010, dedicado ao Combate à Pobreza e Exclusão Social. Nuno Teixeira, que há alguns meses, já havia participado noutra reunião com Deputados portugueses organizada pelas crianças portuguesas na Eurochild, voltou a reafirmar a importância de tais iniciativas sublinhando que *“as crianças são o futuro”*.

As iniciativas apresentadas pelos pequenos embaixadores foram sublinhadas pelo Eurodeputado do PSD que reconheceu o excelente trabalho levado a cabo pelas crianças e jovens europeus, de entre os quais portugueses, congratulando *“estes jovens pelas*



excelentes apresentações e pelas iniciativas que têm realizado nos seus países para combater este flagelo social que afecta inúmeras crianças”. Acrescentou ainda que *“em tempos de crise é importante valorizar estas iniciativas impulsionadas pelas próprias crianças e jovens”*.

A organização Eurochild, que têm um papel fundamental no apoio às crianças e jovens em risco, integra duas organizações portuguesas, a Fundação de Solidariedade Social Aragão Pinto e a Fundação para o Desenvolvimento Comunitário de Alverca.

Nuno Teixeira debate reforma do POSEI

O Eurodeputado madeirense defende prioridades na revisão do Programa para a Ultraperiferia

Nuno Teixeira discursou na sessão plenária do Parlamento Europeu sobre a reforma do regulamento que visa um **Programa de opções específicas para fazer face ao afastamento e à insularidade, o POSEI**.

Na sua intervenção o Deputado madeirense defendeu *“uma revisão adequada da legislação que permita uma maior flexibilidade das regras e que tenha em conta os desafios actuais que se colocam às Regiões Ultraperiféricas da União Europeia e, mais precisamente,*

à Região Autónoma da Madeira”.

Da revisão do regulamento, que estará em breve na ordem do dia das actividades do Parlamento Europeu, terá de constar, para o Eurodeputado, *“a eliminação das barreiras à exportação e expedição de produtos transformados com matérias primas que beneficiaram de ajudas POSEI, o que restringe fortemente o crescimento do sector agro-industrial regional”*.

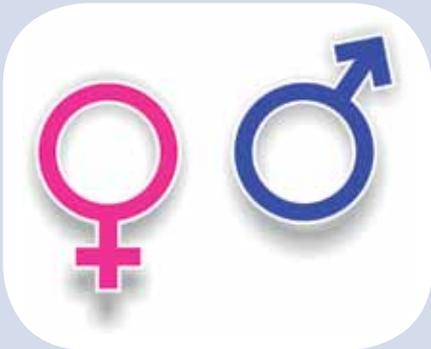
Ainda segundo o Deputado, *“uma particular atenção deve ser dada não só à cultura da banana, que tem vindo a ser seriamente ameaçada pela abertura progressiva da União*

Europeia aos mercados de países terceiros, mas também à vinha e à produção local de leite”.

O regime POSEI pretende realizar de forma eficaz o objectivo da redução dos preços nas RUP e minorar os custos adicionais decorrentes do seu afastamento e da sua insularidade e ao mesmo tempo promover a competitividade destas regiões.

A legislação em causa, que já não é revista a fundo desde 2006, deverá também contribuir para *“uma maior participação das autoridades regionais e locais na elaboração do programa, em respeito pelo princípio da subsidiariedade”*, defende Nuno Teixeira.

Regina Bastos apoia relatório sobre a Igualdade entre homens e mulheres



Para a Europa atingir os objectivos de crescimento sustentável, do emprego, da competitividade e coesão social, terá de continuar a combater as desigualdades, ainda existentes, entre homens e mulheres.

A igualdade entre homens e mulheres constitui um dos princípios fundamentais do direito comunitário.

Os objectivos da União Europeia consistem, por um lado em assegurar a igualdade de oportunidades e tratamento entre os dois sexos e, por outro lado, lutar contra toda a discriminação fundada no sexo.

Apesar de todos os esforços efectuados no que respeita à igualdade entre homens e mulheres na União Europeia, **continuam a existir**, ainda hoje, **desigualdades neste domínio**: A taxa de emprego das mulheres (58.6%) continua a ser inferior à dos homens (70,7%) apesar da maioria dos estudantes e dos titulares de um diploma universitário serem mulheres.

Na UE só um em cada dez membros dos conselhos de administração das empresas são mulheres e só 3% dos directores executivos são do sexo feminino.

As **disparidades entre os salários auferidos** pelas mulheres e pelos homens continuam a ser, em média, 18% na UE;

Para a Europa atingir os objectivos de crescimento sustentável, do emprego, da competitividade e coesão social, terá de continuar a combater as desigualdades, ainda existentes, entre homens e mulheres.



Carlos Coelho critica atrasos na reconstrução do Haiti

O Parlamento Europeu aprovou, em Estrasburgo, uma Resolução sobre a **situação no Haiti um ano após o terramoto**: ajuda humanitária e reconstrução

Carlos Coelho constatou que *"findo um ano sobre a tragédia que assolou o Haiti, os efeitos da catástrofe são desoladores e a situação caótica do ponto de vista humano, económico e social"*.

A remoção do entulho constitui um importante desafio para a reconstrução do país - só uma ínfima parte foi removida - e que, ao ritmo actual, serão necessários pelo menos 6 anos para remover milhões de metros cúbicos de entulho.

O eurodeputado manifestou que **"é com pesar que constato que a reconstrução é quase nula, o entulho removido ínfimo, os níveis de pobreza são extremos, a violência assola e o surto de cólera propaga-se e mulheres são estupradas nos campos de refugiados. É crucial alterar este status quo! A comunidade internacional em articulação com o Governo Haitiano deve assumir um firme compromisso de longo prazo, cumprir as promessas assumidas na Conferência de Nova Iorque e envidar todos os esforços para proteger o povo haitiano"** e instou a Comissão Europeia

"a desenvolver com urgência esforços para proteger as mais de 800.000 crianças expostas a situações de violência, abusos sexuais, trabalho infantil e tráfico".

São vários os relatos no terreno de situações de abuso e violência. Homens armados, pertencentes a grupos de segurança e gangs surgem durante a noite nos acampamentos pouco iluminados para atacar jovens e crianças, por vezes com menos de cinco anos de idade: a situação nos orfanatos haitianos também não se revela positiva onde são também frequentes os abusos físicos e sexuais.

Carlos Coelho não deixou de saudar **"os esforços e o trabalho realizado pelas organizações humanitárias no terreno"**, não deixando porém de **"condenar a incapacidade da Comissão interina para a recuperação do Haiti em coordenar as milhares de agências humanitárias e os doadores dos fundos para a recuperação"**.

Ao concluir o eurodeputado sublinhou, por outro lado considerar **"fundamental nos esforços de reconstrução a integração da produção alimentar local e segurança alimentar através do desenvolvimento de infra-estruturas rurais e ajudas aos pequenos agricultores"**

Patrão Neves pede explicações à Comissão Europeia e defende interesse da indústria conserveira nacional

A Eurodeputada do PSD **Maria do Céu Patrão Neves** formulou uma questão escrita à Comissão Europeia, chamando a atenção para o **"perigo de concorrência desleal de que a indústria conserveira europeia de atum poderá ser alvo, decorrente da assinatura do acordo provisório entre a UE e os Estados do Pacífico."**

Patrão Neves explicou que *"ao abrigo deste acordo, que está a ser aplicado provisoriamente desde 1 de Janeiro de 2008, são abolidos, salvo raras exceções, os direitos aduaneiros sobre todos os produtos originários de um Estado do Pacífico, incluindo-se aqui todos os produtos da pesca"* e acrescentou que *"no caso concreto das conservas e preparados de atum, este Acordo poderá ter implicações muito negativas para a indústria conserveira europeia, concretamente a indústria nacional, dado que permitirá a colocação no mercado comunitário de produtos a preços muito baixos, provocando concorrência desleal"*.



Patrão Neves explicou que *"a Papuásia Nova Guiné, não tendo frota para capturar o atum que necessita para abastecer as suas unidades transformadoras, está a ser abastecida por navios de outros países, contratando também mão de*

obra estrangeira para laborar nas suas unidades fabris". A eurodeputada acrescentou ainda que *"esta situação desvirtua por completo o âmbito inicial deste Acordo, que pretendia apenas criar empregos e rendimentos a nível local, com o propósito de garantir um desenvolvimento sustentado desta região"*.

Para a Eurodeputada, *"a Comissão Europeia não terá avaliado bem as consequências da medida tomada dado que, neste momento, estão em curso na Papuásia Nova Guiné investimentos que pretendem garantir um volume de produção de produtos transformados de atum superior ao que, por exemplo, é produzido pela vizinha Espanha, que é aliás o maior produtor europeu neste segmento"*. Importa pois que *"a Comissão Europeia avalie o real impacto que este acordo, e todas as medidas e derrogações que encerra, possam ter no tecido industrial europeu"* dado que *"mais do que favorecer o desenvolvimento da economia de países terceiros, a UE deverá zelar pela protecção da sua própria indústria"*. 

Política Industrial: Maria da Graça Carvalho diz que é preciso relançar a indústria europeia e recuperar a indústria tradicional

Maria da Graça Carvalho participou no debate sobre uma política industrial para a era da globalização.

A Deputada europeia reconheceu que este relatório chega *"na altura certa, precisamente quando a Europa precisa de reforçar a sua base industrial para enfrentar os novos desafios"*.

Assim mesmo, Maria da Graça Carvalho reivindicou a importância da indústria tradicional europeia, *"fundamental para a nossa economia e gravemente atingida pela crise económica"*.

"Para ultrapassar as sérias dificuldades que a indústria europeia enfrenta actualmente, é necessário investir numa política industrial



integrada e sustentável, baseada na investigação científica, na inovação, no aumento da eficiência dos recursos, numa estratégia para as matérias-primas, no reforço das PMEs e no desenvolvimento de redes regionais. Só

assim será possível voltar a colocar a indústria europeia na liderança mundial".

A Deputada europeia congratulou-se com as medidas tomadas tais como a introdução de novas tecnologias e um maior esforço em investigação científica e inovação em sectores como a indústria transformadora, as quais qualificou de *"crucial importância"*.

Recorde-se que a indústria europeia representa cerca de um terço do valor acrescentado bruto da UE, sendo que quase ¾ das exportações europeias dizem respeito a bens industriais, e um terço do emprego, constituindo o meio de subsistência de 57 milhões de pessoas.. 

Posição da Eurodeputada Patrão Neves sobre as medidas anunciadas para o sector do leite

Patrão Neves foi a única portuguesa a defender os **interesses do sector leiteiro português** no dia em que o Comissário da Agricultura, Dacian Cioloș, apresentou e debateu com os Eurodeputados a Proposta para alteração do **Regulamento sobre relações contratuais no sector do Leite**.

Reconhecendo no documento propostas positivas e a implementar, Patrão Neves considerou que *“o conjunto de medidas é claramente insuficiente para a estabilidade e desenvolvimento de um sector em crise e menos ainda para a sobrevivência do sector em Portugal, após o desmantelamento das quotas leiteiras”*.

“Quando em Portugal 70% do leite é entregue a uma só indústria, o reforço das Organizações de Produtores e Associações, a contratualização entre produtores e indústria, como linhas fortes de orientação deste documento, não resolvem nenhum problema fundamental, nem garantem a justa remuneração dos produtores. No caso dos Açores, uma Região que produz 33% do todo nacional, a situação é também difícil não só devido à concentração da indústria mas também aos constrangimentos que a situação geográfica impõe” - acrescentou.

As propostas avançadas podem, nomeadamente, ter um efeito perverso, o de localizar a



produção de leite em apenas 5 ou 6 Estados-Membros, aumentando ainda mais o poderio das indústrias localizadas nestes Estados-Membros, ao mesmo tempo que degradam a frágil posição dos mais pequenos, como é o caso de Portugal.

Patrão Neves defendeu ser imperativo adoptar uma visão ampla e holística do sector ao longo de toda a cadeia, de montante a jusante, e não apenas ao primeiro nível como acontece. *“Tal poderá mesmo agravar desentendimentos entre produtores e indústria, deixando o comércio de fora, esse sim usufruindo de grande parte dos*

lucros, fazendo o consumidor pensar que o leite tem vindo a aumentar nos últimos 3 anos, o que não se verifica”.

Em síntese, a eurodeputada considera que as medidas consagradas nesta proposta de alteração ao regulamento não preparam o sector para o anunciado desmantelamento das quotas leiteiras em 2015 pelo que, mais uma vez, Patrão Neves sublinhou *“a necessidade de manter o sistema actual enquanto não forem encontradas outras formas satisfatórias de regulação do mercado do leite”*. 

Carlos Coelho contra o tráfico de seres humanos

O tráfico de seres humanos é a moderna forma de escravatura e a segunda actividade mais lucrativa para o crime organizado em todo o mundo.

Esta Directiva é o primeiro instrumento jurídico aprovado nesta área com as novas possibilidades abertas pelo Tratado de Lisboa e vem criar uma abordagem comum na luta contra o tráfico de seres humanos e na protecção das suas vítimas, suprimindo uma grave lacuna no quadro jurídico que possuíamos.

A fim de responder à evolução recente deste crime, a nova directiva adopta um conceito mais amplo de tráfico de seres humanos do que a anterior decisão-quadro

de 2002 que regulava esta matéria, passando a incluir novas formas de exploração.

Carlos Coelho considera que se *“conseguiu chegar a um compromisso equilibrado, criando um instrumento capaz de lidar de forma mais eficaz contra este tipo de criminalidade, criando medidas mais rigorosas e agravando o nível de sanções com penas de prisão de 5 a 10 anos e a confiscação de produtos do crime”*.

Os traficantes de seres humanos deverão sofrer penas máximas de, pelo menos, cinco anos de prisão ou, no caso de circunstâncias agravantes, de, pelo menos, dez anos de prisão. As pessoas colectivas (organizações) deverão ser punidas com multas de carácter penal ou não penal e,

eventualmente, outras sanções, como a exclusão do direito a benefícios ou auxílios públicos ou o encerramento definitivo dos estabelecimentos utilizados para a prática do crime.

Os Estados-Membros devem garantir que os instrumentos e produtos dos crimes sejam apreendidos e confiscados, sendo “incentivados” a utilizá-los para a assistência e protecção das vítimas, incluindo a respectiva indemnização.

Ao concluir o Deputado português apoiou a proposta para *“a criação de um coordenador da luta contra o tráfico da UE, embora seja de evitar quaisquer sobreposições de funções com outros órgãos já existentes, como é o caso da Europol”*. 

Política de Coesão: José Manuel Fernandes

propõe informação mais
regionalizada e acessível a todos



Foi aprovado na Comissão do Ambiente do Parlamento Europeu o Relatório do Eurodeputado do PSD José Manuel Fernandes sobre a aplicação dos programas da política de coesão de 2007-2013. O projecto foi aprovado por larga maioria, com 51 votos a favor e apenas um voto contra e uma abstenção, e contém propostas para promover a transparência e a melhor execução dos programas de apoio comunitário.

No relatório, José Manuel Fernandes propõe que se passe a disponibilizar, em tempo real e da forma mais pormenorizada possível, toda a informação relativa à aprovação e execução dos projectos dos fundos da política de coesão.

A proposta – que está a ser bem acolhida pela Comissão Europeia – visa assegurar a transparência na gestão dos fundos da política de coesão e a monitorização dos mesmos por parte dos cidadãos interessados

O objectivo é assegurar que os dados sobre os fundos comunitários sejam devidamente tratados e divulgados à escala de âmbito mais regionalizado e local possível, chegando por exemplo às NUTS 3, quando existe esta dimensão ao nível das Nomenclaturas de Unidades Territoriais para fins estatísticos. Segundo o

Relatório de Opinião, as informações devem ser divulgadas através de um espaço na Internet com acesso a todo o público.

Pretende-se com isto evitar que fundos destinados às regiões mais desfavorecidas sejam “desviados” para outras regiões. Esta é uma situação que tem despoletado várias queixas e reclamações em Portugal, devido à concentração de investimentos em Lisboa – região com PIB per capita acima da média nacional e não abrangida pelo objectivo *Convergência*.

Mais investimentos energéticos e ambientais

O Relatório de José Manuel Fernandes sublinha ainda que, na área específica do ambiente, há investimentos energéticos e ambientais que não estão a progredir como se esperava, no sentido de contribuir para atingir os objectivos da **Estratégia Europa 2020**.

No documento, José Manuel Fernandes refere que o volume dos projectos seleccionados na área do ambiente não ultrapassa os 21% do total previsto nos programas. Apela, por isso, a uma maior execução dos programas no sector ambiental, nomeadamente em áreas transversais que constituam um valor acrescentado europeu, como:

- O combate às alterações climáticas;
- O investimento em tecnologias mais limpas e com baixo teor de carbono;
- A promoção da eficiência energética e das energias renováveis com o objectivo de atingir as metas relativas às energias renováveis até 2020;
- E a promoção de empregos verdes.

No Relatório da Comissão do Ambiente sobre a aplicação dos programas da política de coesão de 2007-2013, José Manuel Fernandes chama ainda a atenção que há áreas em que a execução é particularmente baixa, como no caso da prevenção e reabilitação de zonas industriais e terrenos contaminados, pelo que se pede uma aceleração dos investimentos.. 

Patrão Neves promove “Roteiro do leite” pelo Norte do País



A Eurodeputada **Patrão Neves** organizou nos dias 24 e 25 de Fevereiro um roteiro **dedicado ao tema do leite** na região do grande Porto (Vila do Conde, Vairão e Povoia do Varzim) com o objectivo de promover várias reuniões (produção, indústria e outros actores) para análise detalhada das dificuldades actuais do sector numa perspectiva de mercado sem quotas leiteiras e das propostas da Comissão Europeia, nomeadamente a alteração ao Regulamento (CE) n.º 1234/2007 no que diz respeito às relações contratuais no sector do leite e dos produtos lácteos.

No panorama europeu as actuais propostas da Comissão Europeia (proposta de 17 de Dezembro de 2010) são claramente insuficientes num **contexto de eliminação do mecanismo de quotas leiteiras em 2015**. Discute-se actualmente a possibilidade de contratos escritos entre os produtores e os transformadores de leite e a possibilidade de negociação colectiva das condições contratuais através das organizações de produtores, de modo a equilibrar o poder negocial dos produtores de leite com o dos grandes transformadores, ficando de fora um dos principais actores - a grande distribuição.

A nível nacional os produtores de Leite e agricultores enfrentam hoje uma situação inaceitável com gasóleo agrícola a aproximar-se dos “recordes” arrasadores de Junho e Julho de 2008 quando, então, ultrapassou o preço de 1 euro por litro; com aumentos de 4% previstos para a electricidade normal; a electricidade agrícola, com fim anunciado para Janeiro ou Maio deste ano; aumento exponencial das rações, adubos e pesticidas; e ainda o aumento das taxas de juro para os empréstimos à Lavoura acima dos 6%. 

Nuno Teixeira expressa a importância da inclusão social das Pessoas com Deficiência

Nuno Teixeira participou ontem numa conferência, no Parlamento Europeu, dedicada à **Nova Estratégia para Pessoas com deficiência 2010-2012**, que foi acompanhada por intérpretes de linguagem gestual. O encontro contou com a participação da Vice-Presidente da Comissão Europeia e Comissária para a Justiça, Assuntos Sociais e Cidadania, **Viviane Reding**, do primeiro Eurodeputado surdo e Presidente do Grupo para Pessoas com deficiência, **Ádám Kósa**, e do Presidente do Fórum Europeu para Pessoas com deficiência, **Yannis Vardakastanis**.

O Deputado madeirense sublinhou a necessidade de garantir às pessoas com deficiência todas as condições para haver uma integração real das mesmas na sociedade e afirmou *“que as primeiras barreiras a quebrar deverão ser na educação e na formação.”* Acrescentou ainda que em muitos países europeus *“os obstáculos físicos são ainda uma realidade, reduzindo a mobilidade dos deficientes, e por isso, é necessário implementar as acções propostas por esta estratégia.”*

A nova estratégia para Pessoas com deficiência 2010-2020, adoptada pela Comissão Europeia em Novembro, e os planos de acção a implementar nos Estados-Membros visam proteger e garantir às pessoas com deficiência todos os seus direitos como cidadãos e, simultaneamente, remover os obstáculos do seu dia-a-dia. A Comissária para a Justiça, Assuntos Sociais e Cidadania, **Viviane Reding**, sublinhou que *“a União Europeia tem dados os passos certos para promover os direitos fundamentais das pessoas com deficiência, exemplo disso é a assinatura por parte da União Europeia e dos Estados-membros da Convenção Europeia sobre os direitos dos deficientes, no mês de Janeiro.”* 



Patrão Neves em audiência com o Presidente Barroso

A Eurodeputada Patrão Neves foi esta semana recebida, em audiência privada, pelo Presidente da Comissão Europeia **Durão Barroso**, no seu gabinete em Estrasburgo.

Esta audiência decorreu num ambiente muito cordial e permitiu uma troca de impressões sobre os Açores, tendo Patrão Neves aproveitado a ocasião para sublinhar as especificidades da Região no seio da UE a serem reconhecidas, quer para a atribuição de apoios específicos, nomeadamente ao nível do POSEI, quer como Região que pode também trazer mais-valias à União Europeia. No termo do ano 2010, em que os Açores foram distinguidos como Região Europeia do Ano, Patrão Neves destacou o evento que organizou no Parlamento Europeu, *“Spring of Emotions”*, em que procedeu a uma mostra de produtos regionais de qualidade, referindo que procura, através deste tipo de iniciativas, valorizar a especificidade dos Açores.



Patrão Neves solicitou este encontro para entregar um exemplar personalizado da obra *“Açores, ilhas de sonho”*, da Publiçor, lançada no evento que a eurodeputada organizou, o único que decorreu no Parlamento Europeu no âmbito da distinção dos Açores: Região Europeia do Ano 2010, e também para agradecer a carta que Durão Barroso endereçou na ocasião a todos os Açorianos. 

Parlamento Europeu aprova Relatório de Carlos Coelho relativo à entrada do Liechtenstein em Schengen

O Parlamento Europeu aprovou em Estrasburgo o relatório do Deputado português **Carlos Coelho** relativo à **adesão do Principado do Liechtenstein** ao Acordo entre a União Europeia, a Comunidade Europeia e a Confederação Suíça relativo à execução, à aplicação e ao desenvolvimento do acervo de **Schengen**.

Há 25 anos atrás, cinco Estados-Membros, decidiram abolir as fronteiras internas entre eles e criar uma única fronteira externa. Neste momento, todos os Estados Membros são membros de pleno direito de Schengen, com excepção do Reino Unido, da Irlanda, de Chipre, da Bulgária e da Roménia. Integram, igualmente o espaço Schengen três Estados associados: a Noruega, a Islândia e a Suíça, esperando-se que o Liechtenstein se venha a tornar no quarto Estado associado.

Carlos Coelho recordou que *“a associação de Liechtenstein a Schengen era esperada acon-*

tecer na mesma altura em que a Suíça o fez. - 2008. Porém, o processo não decorreu com a normalidade prevista, nomeadamente devido às reservas levantadas por dois Estados-Membros (Alemanha e Suécia) relativamente a questões relacionadas com evasão fiscal!”

A adesão isolada da Suíça, tornou necessário introduzir controlos em zonas onde, há mais de cem anos, não existia uma fronteira real e os 41 km que separam a Suíça do Liechtenstein tornaram-se uma fronteira externa de Schengen.

Carlos Coelho referiu que *“tendo em conta as novas regras do Tratado de Lisboa, que permitem que o PE seja associado de uma forma muito mais próxima à celebração de Acordos Internacionais, bem como o facto de terem sido levantadas as 3 reservas que existiam no Conselho proponho que o PE dê o seu consentimento à conclusão deste Protocolo, esperando que Liechtenstein se possa juntar a Schengen logo que possível!”* 

Mário David em Roma: “Chegou a hora da União Europeia agir no Mediterrâneo!”



O Eurodeputado português e Presidente da Delegação do Parlamento Europeu para as relações com os Países do Maxereque, **Mário David**, participou na **Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo** (AP UpM), que se realizou em Roma, onde viu discutido o seu relatório sobre o “Processo de Paz no Médio Oriente-Iniciativa de Paz Árabe”, elaborado em con-

junto com Seddik Chiheb, Vice Presidente do Parlamento Argelino.

Constatando que esta reunião se realizou “num momento histórico”, Mário David afirma que a AP UpM deverá aproveitar esta oportunidade para alcançar 4 objectivos essenciais:

“Desde logo, o encorajamento aos nossos parcei-

ros do sul e do leste do Mediterrâneo, para que prossigam o seu caminho para a democracia, tolerância e respeito pelos direitos humanos, muito em especial os direitos das mulheres e o respeito pelos direitos das minorias. A condenação firme do uso da força e da violência, na repressão de manifestações pacíficas e na restrição da liberdade de expressão e de acesso à informação.

Dar um novo impulso ao processo de Paz no Médio Oriente, com um papel reforçado da União Europeia e da Liga Árabe nas negociações, considerando a Iniciativa de Paz Árabe de 2002, como uma boa base de partida para as negociações entre as partes, conforme afirmado no meu relatório.

Um maior comprometimento dos Parlamentos Nacionais dos Estados Membros da UE e do Parlamento Europeu para com esta zona do globo, de forma a que consigamos estar mais próximos e atentos às expectativas e necessidades dos nossos parceiros do sul e do leste do Mediterrâneo, de forma a que, com generosidade e ambição, os possamos ajudar a recuperar a dignidade e a prosperidade.

Por outro lado, a ajuda imediata que a UE presta às centenas de milhares de refugiados que fogem do regime ditatorial líbio é essencial para que o Irão não manipule essas populações, financiando novos “Hamas” ou “Hezbollah”, face ao vazio do apoio humanitário.” 

Mário David: “Kadhafi perdeu toda a legitimidade”

O Eurodeputado **Mário David**, **Presidente da Delegação do Parlamento Europeu para as relações com os Países do Maxereque**, acompanhou o Presidente do Parlamento Europeu Jerzy Buzek, na reunião com os representantes do Conselho Nacional de Transição da Líbia, que estiveram em Estrasburgo (França), chefiados pelo Dr. Mahmoud Jibril.

Após esta reunião, Mário David afirmou que “o Coronel Kadhafi perdeu toda a legitimidade desde que ordenou às suas tropas que disparassem sobre o seu próprio povo!” Na resolução sobre a situação na Líbia que o Parlamento Europeu aprovará amanhã, será pedido ao Conselho Europeu, que se reúne na sexta-feira em Bruxelas, que **reconheça o Conselho Nacional de Transição como representante do povo líbio.**

Mário David acrescentou que “a União Europeia deve apoiar os pedidos da Liga Árabe, da União Africana e da Conferência dos Países Islâmicos e denunciar a posição russa e chinesa de se oporem a uma resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas que imponha uma zona de exclusão aérea que impeça não só os bombardeamentos aéreos contra os seus opositores, como o transporte de mercenários recrutados por Kadhafi nos países a sul da Líbia.” 

Nuno Teixeira apela a mais coordenação entre os diferentes fundos comunitários



Eurodeputado questiona financiamento do Banco Europeu de Investimento a porto em Marrocos.

O Deputado do PSD, insistiu em reunião da Comissão parlamentar do Desenvolvimento Regional, para que sejam incrementadas as sinergias entre os modos de financiamento da política regional.

Nuno Teixeira considera *“essencial para o efectivo sucesso da política de coesão que seja implementada uma real coordenação entre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e os diferentes instrumentos financeiros, como expressão máxima da solidariedade europeia.”* Neste contexto, acrescenta o Eurodeputado madeirense, *“é essencial que o Parlamento Europeu participe na definição de soluções para uma maior coerência da política de coesão e da eficiência dos seus instrumentos de financiamento”*.

Na sua intervenção, o Eurodeputado referiu-se ao **empréstimo, no valor de 200 milhões de euros, concedido pelo Banco Europeu de Investimento para uma extensão do porto de Tânger**, con-corrente directo dos portos europeus, nomeadamente dos portos portugueses e do sul da Europa, sublinhando a necessidade de *“repensar a atribuição de prioridades no financiamento de projectos localizados em países terceiros, num período em que vivemos um contexto de crise económica em que se apela à criação de sinergias e de eficácia dos instrumentos de financiamento no seio da União Europeia, e em que se verificam grandes dificuldades no acesso ao crédito e ao financiamento bancário.”*

Comissão do Mercado Interno e da Protecção dos consumidores aprova emendas

propostas pela Deputada Regina Bastos para a redução das desigualdades no acesso à Saúde

As desigualdades no domínio da saúde são uma realidade existente tanto entre os Estados-Membros como entre regiões desses mesmos Estados.

A Comissão do Mercado Interno e da Protecção do Consumidor aprovou o relatório *“Reduzir as desigualdades no domínio da Saúde na UE”*.

As disparidades na União quanto à saúde dos cidadãos continuam a ser significativas, e tendem mesmo a aumentar, o que constitui uma enorme fonte de preocupações e um desafio.

A Deputada do PSD, Regina Bastos, foi nomeada (PPE) relatora na Comissão do Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores, tendo apresentado um conjunto de emendas visando eliminar as desigualdades no domínio da saúde.

Como defendeu a Deputada Regina Bastos, *“as desigualdades no domínio da saúde são uma realidade existente tanto entre os Estados-Membros como entre regiões desses mesmos Estados”*.

Neste sentido a Deputada do PSD *“defendeu a necessidade de, para além dos Governos Nacionais, também as autoridades regionais, locais, e agentes da economia social, serem activamente associadas às acções realizadas nestes domínios, sendo o seu envolvimento fundamental para a redução das desigualdades nos domínios da saúde.”*

Por outro lado, as alterações demográficas e o envelhecimento da população trazem novos desafios aos quais a União Europeia e Estados Membros terão de dar resposta.

Neste sentido a Deputada Regina Bastos, *“destacou a necessidade de um plano concreto para o combate às desigualdades na saúde nas zonas rurais, tendo em consideração os desafios que se colocam pelas alterações demográficas”*. Uma outra causa das desigualdades na saúde prende-se com a existência de zonas geográficas pobres em profissionais da saúde.



“As desigualdades no domínio da saúde são uma realidade existente tanto entre os Estados-Membros como entre regiões desses mesmos Estados”.

Tendo em conta esta realidade, a Deputada do PSD, Regina Bastos, apresentou uma proposta, que foi aprovada, no sentido de *“na próxima proposta legislativa relativa às qualificações profissionais, a Comissão reforçar o mecanismo de reconhecimento de qualificações, o que encorajará a mobilidade dos profissionais de saúde.”*

Por outro lado, a Deputada Regina Bastos *“referiu a necessidade da Comissão, em conjunto com os Estados-Membros, lançarem campanhas nas escolas, sobre a promoção da saúde e educação sanitárias designadamente estilos de vida saudáveis, bem como programas de prevenção e rastreio orientados para grupos específicos.”*

A Deputada do PSD, Regina Bastos, finalizou *“exortando a Comissão a assegurar a plena integração da redução das desigualdades na saúde nos objectivos de desenvolvimento do Milénio.”*



Portugal precisa de mais ambição e dependente de ajudas

O eurodeputado José Manuel Fernandes reclama postura mais ambiciosa na Europa, desafiando a sociedade portuguesa a rentabilizar recursos e potencialidades. Em conferência na Associação Comercial e Industrial de Barcelos, valorizou o papel das PME.

O Eurodeputado José Manuel Fernandes defende uma cultura de maior ambição por parte da sociedade portuguesa no contexto cada vez mais exigente da economia europeia e global. A ideia surge em contraponto à tendência de comodismo alimentada pela 'subsídio-dependência', "uma doença nacional cultivada na última década e meia de desgovernação socialista".

Intervindo no âmbito do ciclo de conferências com eurodeputados promovido pela Associação Comercial e Industrial de Barcelos (ACIB), José Manuel Fernandes salientou a **importância das pequenas e médias empresas** e de um conjunto de medidas que urge tomar para fomentar a aposta estratégica no aumento das exportações e na diminuição das importações.

"Façamos o nosso trabalho", desafiou o eurodeputado minhoto. E alertou que "Portugal tem andado distraído". É que dentro de alguns meses, em Junho, "o Parlamento Europeu vai votar o quadro para os novos fundos comunitários após 2013, quando em Portugal ainda nem sequer se encontrou forma de capitalizar devidamente os recursos disponíveis actualmente e que são fulcrais para assegurar o cumprimento dos objectivos traçados na Estratégia da UE 2020, com a qual Portugal também se comprometeu".

Em jeito de desafio aos empresários e dirigentes associativos, José Manuel Fernandes sustentou que "não podemos estar sempre a olhar para a globalização como um problema,

mas sim como um desafio. Temos este mau hábito de pensar pequeno e ficar sempre à espera de poder continuar a viver à custa das ajudas, o que para a União Europeia até nem é grande problema, porque Portugal representa apenas cerca de 1% da economia europeia".

"Mas temos de alterar este rumo errado e ser ambiciosos, porque há recursos para criar condições à potenciação e rentabilização das nossas potencialidades", reclamou.

Numa conferência sobre o QREN e as novas perspectivas financeiras da UE, o eurodeputado afirmou que "é preciso ir para além da excelência e procurar rentabilizar o valor acrescentado europeu".

"Por que têm os nossos jovens qualificados de partir para melhores empregos no estrangeiro e criar lá riqueza? Por que não havemos de os manter cá e criar condições para rentabilizar os seus conhecimentos e mais valia em favor do País? Por que havemos de estar sempre à espera das ajudas europeias e não pensamos como podemos um dia passar a ser contribuintes líquidos da UE?", questionou.

Poupar e reciclar

Ensino e formação de qualidade, conhecimento e investigação tecnológica são apostas estratégicas numa Europa que pretende chegar a 2020 com 75% da população com 20 a 64 anos empregada, uma taxa de abandono escolar inferior a 10% e 40% de jovens abaixo dos 34 anos com um diploma de ensino superior.

O objectivo passa ainda por reduzir em 20% as emissões de carbono e aumentar em 20% a eficiência energética e a produção de energias renováveis, a par do combate à pobreza. Face à problemática das matérias-primas, salientou

a importância do ambiente e da reciclagem. "Os preços das matérias-primas têm vindo a aumentar, e a situação vai piorar", alertou. Por isso, vinco que "vamos ter mesmo que interiorizar e concretizar os conceitos poupar e reciclar".

A estratégia UE 2020 propõe uma "Europa mais eficiente", capaz de assegurar a transição para uma economia hipocarbónica e de desenvolver uma política industrial para a era de globalização, melhorando o ambiente empresarial, especialmente para as pequenas e médias empresas.

Segundo o eurodeputado, as PMEs representam um peso decisivo na dinamização da economia tanto em Portugal, como na Europa. "É por isso vital que se concretizem medidas que ajudem os empresários a concretizar investimentos e projectos, tal como vem sendo recomendado pelas instituições europeias", afirmou o eurodeputado minhoto.

Em seu entender, o combate à burocracia, o reforço da capacidade de financiamento e a agilização no acesso aos fundos comunitários e programas comunitários de apoio são tarefas prioritárias para as **PMEs**, que **representam 81% do emprego em Portugal**, bem acima dos 67% da média europeia.

Na Europa, existem 20.709 milhões PMEs, que representam 99,8% da totalidade das empresas na UE e 89.947 milhões de postos de trabalho. Em média, cada PME emprega 4,3 pessoas, o que evidencia o seu contributo para a diversidade empresarial e dinamização económica.

Perante uma plateia com mais de uma centena de pessoas que lotou o auditório dos bombeiros Voluntários de Barcelos, José Manuel Fernandes sublinhou ainda as vantagens da cooperação e reforço da coordenação de políticas no seio da União Europeia, apontando como exemplos as áreas da defesa militar e política externa, onde os 27 Estados-Membros gastam mais do que os EUA. Outra das vantagens é ao nível da mobilidade dos recursos humanos, numa Europa com 4,5 milhões de vagas de emprego por preencher.

"É preciso ir para além da excelência e procurar rentabilizar o valor acrescentado europeu".

José Manuel Fernandes

Parlamento Europeu preocupado com a violação dos direitos fundamentais nas prisões e a sua sobrelotação

Carlos Coelho apresentou em Estrasburgo uma iniciativa conjunta com a Vice-Presidente liberal do Parlamento Europeu, a britânica **Diana Wallis** os socialistas grego **Stavros Lambridinis** (igualmente Vice-Presidente do PE) e a francesa **Françoise Castex** e o verde alemão **Jan Philipp Albrecht**.

Os cinco parlamentares apresentaram uma Declaração Parlamentar que está aberta a subscrição de todos os Deputados ao Parlamento Europeu reclamando maior respeito pelos direitos humanos nas prisões europeias.

A Declaração chama a atenção para o *“número crescente de pessoas detidas num Estado-Membro que não o seu e as condições de detenção diferem consideravelmente de um Estado-Membro para outro”* e para o facto que *“a UE se defronta com problemas de prisões sobrelotadas”*.

Os Deputados sublinham ainda que *“o mecanismo nacional de prevenção da tortura e dos*



maus tratos infligidos aos prisioneiros, previsto no Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura (OPCAT), de 18 de Dezembro de 2002, não foi aplicado em todos os Estados-Membros”.

A Iniciativa apresentada em Estrasburgo por Carlos Coelho e os outros 4 parlamentares:

- “Convida a Comissão a recolher informações sobre as condições de detenção em todos os Estados-Membros e sobre eventuais casos de infracção dos direitos fundamentais dos detidos, no respeito do princípio da subsidiariedade;

- Solicita à Comissão que defina normas comuns mínimas para a detenção, aplicáveis em todos os Estados-Membros;

- Exorta os Estados-Membros a aplicarem mecanismos nacionais, eficazes e independentes de controlo das prisões e dos centros de detenção;

- Convida a Comissão a incitar a Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia a actuar no sentido da prevenção das infracções aos direitos fundamentais dos detidos;

- Solicita aos Estados-Membros que concedam aos Deputados ao Parlamento Europeu direito de acesso, sem obstáculos, às prisões e aos centros de detenção”. 

Carlos Coelho pede que o PE torne a debruçar-se sobre as actividades ilegais da CIA na Europa

Carlos Coelho que foi o Presidente da Comissão que em 2006 e 2007 investigou as actividades ilegais da CIA na Europa propôs, em Bruxelas, que o Parlamento Europeu se debruce novamente sobre este dossier.

O Deputado português acha importante:

- Recensar todas as novas informações conhecidas desde Fevereiro de 2007;

- Identificar até que ponto elas completam, confirmam ou contradizem o que o PE apurou à data;

- Identificar eventuais contradições com

declarações e testemunhos prestados à Comissão Europeia;

- Recensar as recomendações do PE que não tiveram seguimento e identificar os responsáveis;

- Propor um conjunto de Audições ou diligências que devam ser feitas face às novas informações obtidas.

Na carta dirigida ao espanhol Juan López Aguillar, Presidente da Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos e à finlandesa Heidi Hautala, Presidente da Sub-Comissão dos Direitos do Homem, Carlos

Coelho citou as novas revelações obtidas pelo wikileaks, documentos e factos divulgados pela Imprensa de Investigação e por Organizações Não Governamentais na área dos Direitos Humanos e um Relatório recente da Amnistia Internacional e recordou que *“a Resolução do PE pediu expressamente às instituições europeias e aos Governos dos Estados-Membros (entre outras entidades) para que “mantenham o Parlamento informado sobre qualquer eventual desenvolvimento ulterior” mas a verdade é que as informações que recebemos continuam a ser por iniciativa de ONG’s, da Imprensa ou de cidadãos preocupados e não de qualquer fonte oficial já que todos se refugiam num confortável silêncio”*. 

Orçamento do Parlamento Europeu para 2012: contenção e austeridade

O Relatório do Eurodeputado **José Manuel Fernandes** sobre orientações gerais para orçamentos do PE e demais instituições foi aprovado por 574 votos a favor, 74 contra e 29 abstenções.

O orçamento de 2012 do Parlamento Europeu e de outras instituições europeias deve ser um orçamento de poupança, tendo em conta a actual situação económica e social da UE, defenderam os eurodeputados ao aprovarem um relatório de José Manuel Fernandes que disse: *“este será um orçamento de contenção, de austeridade e, em simultâneo, um orçamento que terá de dar os meios necessários para as instituições e o PE estarem à altura do projecto europeu e das esperanças dos cidadãos”*.

O relatório de José Manuel Fernandes (PPE) incide sobre os orçamentos para 2012 do Parlamento Europeu e de outras instituições – Conselho, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas, Comité Económico e Social Europeu, Comité das Regiões, Provedor de Justiça, Autoridade Europeia para a Protecção de Dados e Serviço Europeu para a Acção Externa. *“Num contexto de crise económica, de grande endividamento público e de austeridade, numa época de esforços em curso de consolidação orçamental a nível nacional, o Parlamento Europeu e as outras instituições europeias devem patentear responsabilidade orçamental e autocontenção”,* mantendo-se *“em torno da taxa de inflação”*.

“É um relatório que pretende estar em consonância, em linha com o momento actual, com a situação económica, financeira e social que atravessamos, a crise que vivemos e, em simultâneo, com os anseios que os cidadãos europeus depositam na União Europeia e nas suas instituições”, disse José Manuel Fernandes.

“Temos novas competências resultantes do Tratado de Lisboa. No entanto, e face ao momento ac-

tual, defendemos um incremento neutro”, o que significa que *“o orçamento para 2012 não vai ter um aumento superior ao da inflação”*, adiantou o eurodeputado português.

Segundo o documento aprovado, *“o orçamento do Parlamento e das outras instituições para 2012 deverá ser um orçamento de consolidação”. As instituições devem apresentar “planos de redução de custos” e “respeitar os princípios da boa gestão, nomeadamente os da economia, eficiência e eficácia”*.

Um orçamento de poupança

A actual situação financeira, económica e social da UE obriga as instituições europeias a responderem com a qualidade e a eficiência requeridas e a utilizar processos de gestão orçamental rigorosos, de forma a poder realizar poupanças, avança o documento.

As poupanças não deverão, no entanto, pôr em causa a qualidade do trabalho legislativo (a *“excelência legislativa”*), frisa José Manuel Fernandes. Segundo o relatório, o impacto da entrada em vigor do Tratado de Lisboa sobre a categoria 5 do orçamento (despesas com a Administração) *“deve vir a estabilizar-se em 2012”,* embora, por exemplo, o Serviço Europeu de Acção Externa venha a ter um impacto que *“ainda é difícil de quantificar nesta altura”*.

A possível adesão da Croácia à UE, agendada para 2013, terá também impacto sobre o orçamento de 2012, nomeadamente no que diz respeito a recursos para os novos eurodeputados e o recrutamento de pessoal, acrescenta o documento.

No âmbito da política ambiental das instituições, os eurodeputados querem que sejam apresentadas propostas para a redução do consumo de papel, energia, água e emissões.

Um orçamento de base zero

O Parlamento Europeu quer que todas as despesas sejam claramente especificadas e justificadas, com uma distinção clara entre despesas fixas e variáveis, a fim de cumprir os princípios de um *“orçamento de base zero”*.

“Não houve nenhum aumento orçamental este ano para os deputados”

Durante o debate em plenário, José Manuel Fernandes quis clarificar *“uma confusão que por aí anda”,* explicando que *“não houve nenhum aumento orçamental este ano para os deputados”* e que *“não haverá nenhum aumento para o próximo ano”*.

Segundo o eurodeputado, *“a verba a que todos se referem, que não é para os deputados, que é para a possibilidade de se contratar mais um assistente, já estava definida em 2010 e não houve nenhuma alteração em termos orçamentais, nem nenhum reforço orçamental em 2011”*.

Outras instituições

O PE solicita às outras instituições que apresentem pedidos orçamentais *“realistas e baseados nos custos”,* tendo plenamente em conta a *“necessidade de otimizar a gestão de recursos escassos”*. Este documento marca a primeira etapa do processo orçamental anual do PE. Em Abril, o Parlamento deverá debater uma proposta mais detalhada preparada pela Mesa (Bureau), órgão composto pelo Presidente e Vice-Presidentes do PE e que tem por incumbência elaborar o anteprojecto de previsão das receitas e despesas da instituição.

A apresentação da proposta formal da Comissão sobre o orçamento geral da UE para 2012 está prevista para 20 de Abril. 